

## A MATRIZ DE CORREÇÃO DA REDAÇÃO DO ENEM

Fernanda MASSI

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

**Resumo:** Este artigo pretende analisar a Matriz de correção das redações do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), divulgada aos participantes, a fim de identificar reducionismos nos conceitos utilizados em cada competência e a ausência de explicações sobre determinados critérios. Devido a sua extrema importância social como exame de acesso ao ensino superior, o ENEM tem provocado efeitos retroativos negativos nos processos de ensino e aprendizagem de língua portuguesa no ensino médio brasileiro. A divulgação da Matriz de correção da redação contribui para disseminar interpretações equivocadas dos critérios e induzir ao treinamento técnico de produção textual, visto que os estudantes e os professores buscam uma preparação específica para a prova.

**Palavras-chave:** ENEM. Redação. Efeito retroativo.

## THE GRID OF WRITING CORRECTION OF ENEM

**Abstract:** This article aims to analyze the grid of writing correction of ENEM (National High School Exam), disclosed to the participants in order to identify reductionism the concepts used in each competence and the lack of information on specific criteria. Due to their extreme social importance as an examination of access to higher education, the ENEM has caused negative washbacks in the teaching and learning Portuguese in the Brazilian high school. The disclosure of the grid of writing correction helps to foster misinterpretations of the criteria and induce technical training textual production, as students and teachers seek a specific race preparation.

**Keywords:** ENEM. Writing. Washback.

## LA PLANTILLA DE CORRÉCTION DE REDACCIÓN DE ENEM

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo analizar la plantilla de corrección de redacción de ENEM (Examen Nacional de la Escuela Secundaria), dado a conocer a los participantes con el fin de identificar reduccionismo los conceptos utilizados en cada competencia y la falta de información sobre los criterios específicos. Debido a su importancia social extrema como un examen de acceso a la educación superior, los ENEM ha causado efectos retroactivos negativos en la enseñanza y aprendizaje de portugués en la escuela secundaria de Brasil. La divulgación de la plantilla de corrección de redacción ayuda a fomentar malas interpretaciones de los criterios e inducir la producción textual de formación técnica, como estudiantes y profesores buscan una preparación de la carrera específica.

**Palabras-clave:** ENEM. Redacción. Efectos retroactivos.

## INTRODUÇÃO

Efeitos retroativos (ou *washback*, ALDERSON; WALL, 1993) são impactos que exames, testes ou avaliações em larga escala causam nos processos educacionais: nas ações pedagógicas, nas formas de apreensão por parte dos alunos e nos produtos resultantes do ensino aprendizagem (SCARAMUCCI, 2004). Tais efeitos tornam-se visíveis quando são detectadas alterações nas práticas pedagógicas de aprender e ensinar em função de determinados exames, que ocorrerão posteriormente. Vestibulares e exames como o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) causam efeitos retroativos nas práticas pedagógicas (VICENTINI, 2013) porque trazem consequências importantes para os agentes escolares (professores, alunos, coordenadores, diretores) e para a sociedade como um todo, ou seja, são exames de alta relevância que levam a decisões importantes (SCARAMUCCI, 2005).

O ENEM foi criado em 1998 com o objetivo de apresentar um diagnóstico do ensino médio brasileiro e, assim, contribuir para a melhoria da educação nesse nível de escolaridade. Uma de suas primeiras falhas, porém, foi não utilizar os resultados obtidos pelos alunos para repensar o currículo do ensino médio e as práticas utilizadas em sala de aula. Durante os primeiros anos do exame, a nota recebida pelos alunos na prova objetiva e na prova de redação do ENEM poderia ser utilizada para complementar a nota obtida nos principais vestibulares do país (USP, UNESP, UNICAMP, UFSCar, entre outras universidades federais e estaduais).

Em 2004, o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva criou o PROUNI (Programa Universidade para Todos), a fim de facilitar o acesso às faculdades brasileiras com a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais a cursos de graduação e cursos sequenciais e, mais uma vez, a nota do ENEM poderia contribuir para o acesso ao ensino superior.

A partir de 2009, o chamado “novo ENEM” passou a ser utilizado como ferramenta de seleção para ingresso no ensino superior e sua nota substituiu alguns importantes vestibulares do país, como os dos Institutos Federais de Ensino Superior (IFES) e das Universidades Federais, aumentando significativamente a procura dos estudantes pelo exame. Além disso, o ENEM

passou a servir como certificado de conclusão do ensino médio (para alunos que frequentaram o curso supletivo ou que estão privados de liberdade) e também é apontado como instrumento de autoavaliação para o aluno concluinte do ensino médio.

Em 2010, o Ministério da Educação criou o SISU (Sistema de Seleção Unificada), que seleciona estudantes para instituições públicas brasileiras a partir da nota obtida no ENEM, reforçando a relevância do exame para o ingresso no ensino superior. Hoje, o resultado do ENEM é utilizado tanto por universidades públicas quanto particulares e os alunos oriundos de escolas públicas são incentivados a prestar o exame por meio da isenção do pagamento da taxa de inscrição.

No Portal do INEP (Instituto Nacional de Pesquisas Anísio Teixeira), órgão responsável pelo exame, reforça-se que “a finalidade primordial do ENEM é a avaliação de desempenho escolar e acadêmico ao fim do ensino médio”, embora também sirva para autoavaliação do participante, acesso à educação superior, certificação no ensino médio e participação nos programas do governo, quais sejam, Programa Universidade para Todos (Prouni), Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), Ciências Sem Fronteiras e, mais recentemente, o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica (Sisutec). Embora o ENEM se proponha a tantas finalidades, vem sendo utilizado desde 2009 muito mais como um *exame de acesso ou entrada* do que como uma prova *diagnóstica*. Embora essa mudança brusca não seja considerada oficial pelo INEP, que ainda associa todas as finalidades iniciais ao ENEM, deveria ter trazido alterações significativas no exame e na maneira como ele é corrigido. Outro problema é a multiplicidade de funções atribuídas ao ENEM, que serve tanto de acesso ao ensino superior quanto de certificação para o ensino médio.

É difícil compreender, por exemplo, como o ENEM possa servir tanto para a certificação do ensino médio, quando deveriam ser avaliados os conhecimentos mínimos adquiridos pelo aluno concluinte dessa etapa de escolaridade, quanto para a seleção de estudantes para ingresso em cursos superiores de alta excelência. Nesse contexto, podem ser incluídos alunos com perfis extremamente diferentes: o aluno que utiliza o exame para certificação do ensino médio não cursou o ensino regular, enquanto o aluno que disputa uma vaga no ensino superior preparou-se para o exame muito além do que aprendeu na escola. Mesmo sabendo que esses dois alunos exemplificados terão notas distintas no exame, tendo em vista que há uma faixa de

desempenho para cada objetivo do ENEM, é difícil compreender como eles podem ser avaliados pela mesma prova. Em tese, essa avaliação só funciona porque o ENEM é um exame de acesso que avalia as capacidades futuras do estudante e não seu percurso de aprendizado até o momento. Assim, não importa o que o estudante fez para garantir uma boa nota, mas sim o resultado final no exame – o que estimula os percursos alternativos, como a utilização de macetes.

Se o objetivo inicial do ENEM era diagnosticar o desempenho dos alunos concluintes do ensino médio, o dos demais vestibulares era selecionar os melhores alunos para ingressar nas melhores universidades. Para o vestibular da UNESP, por exemplo, a Fundação VUNESP (responsável pela elaboração, aplicação e correção do exame) publica o “Manual do candidato”. Já para o ENEM, os estudantes têm acesso ao *Guia do participante* (BRASIL/MEC/SEB, 2013). A simples diferença entre *candidato* e *participante* no trato dos estudantes que se inscrevem para essas avaliações revela o quanto elas são diferentes.

No atual cenário brasileiro, o aprendizado de produção textual no ensino médio, principalmente no terceiro ano, passou a ser direcionado para o ENEM, como uma espécie de treinamento específico para o exame (ZIRONDI, 2006). Esse processo, além de ignorar as diretrizes curriculares já estabelecidas pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* (BRASIL/SEMTEC), que prevê o trabalho com diferentes gêneros textuais, provoca um estreitamento do currículo escolar, avaliado como um efeito retroativo negativo para o ensino de modo geral.

Diante da facilitação no acesso às universidades públicas federais, 7,1 milhões de candidatos se inscreveram no ENEM em 2013. Em 2014, esse número cresceu 21,6% e foi para 8,7 milhões de estudantes. Em 2015, houve uma pequena queda na quantidade de inscritos (11%) em relação a 2014, mas um aumento em relação a 2013: foram 7,7 milhões de candidatos (ENEM, 2016). O perfil dos alunos que participam do ENEM também vem se alterando desde seu início, conforme pode ser verificado nos relatórios pedagógicos (PORTAL INEP, 2016). Por mais que haja incentivo aos alunos de escolas públicas para que participem do exame, eles não corresponderão, automaticamente, à maioria dos participantes e nem obterão as melhores notas. A partir do momento em que o exame tornou-se extremamente concorrido,

os participantes que têm mais condições de se preparar especificamente para o exame, seja por meio de materiais didáticos ou cursos preparatórios, costumam ter os melhores resultados.

Assim, pode-se considerar que o ENEM é o instrumento mais utilizado atualmente para acesso ao ensino superior e, por isso, constitui-se como um potencial instrumento para provocar efeitos retroativos no processo de ensino aprendizagem de produção textual no ensino médio brasileiro.

## 1. A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM

Uma das partes mais importantes do ENEM é a prova de redação, que tem um peso grande na nota final e que não pode ser zerada para que os candidatos consigam acesso ao ensino superior, ou seja, para que a nota geral do exame seja validada. A redação é uma questão aberta, a única em toda a prova do ENEM, que mobiliza um fazer discursivo do candidato para a produção de significados e que avalia sua produção escrita (as demais questões são de múltipla escolha). Nesse ambiente discursivo aberto, são permitidas diferentes possibilidades de posicionamento, que variam em função da representação de mundo subjetivada pelo autor do texto.

O gênero redação de vestibular existe há bastante tempo e foi consagrado como um modelo de texto escrito a partir de um tema determinado, de uma coletânea de apoio específica, em um tamanho relativo (de 7 a 30 linhas), para um interlocutor pré-estabelecido (o corretor) e com uma série de outras particularidades, que podem variar em função da universidade e da grade (ou matriz) de correção utilizada. Por exemplo, o ENEM é o único exame no Brasil que solicita aos candidatos, independente do tema apresentado, uma proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. É também um dos únicos que disponibiliza a Matriz de correção das redações aos participantes e explica os critérios de avaliação no *Guia do participante* (BRASIL/MEC/SEB, 2013). Embora isso pareça ser um aspecto positivo do ENEM, ao conhecer os critérios de correção das redações, os estudantes podem fazer uso de estratégias de preenchimento a fim de garantir uma nota satisfatória na redação.

Esses efeitos retroativos causados pela redação do ENEM podem ser considerados *específicos* (WATANABE, 2004), pois se referem a um conteúdo peculiar do exame, e *negativos*,

à medida em que reduzem as concepções de norma culta, texto dissertativo, coerência, coesão e proposta de intervenção ao que é solicitado no ENEM. Esse reducionismo também prejudica o desempenho dos participantes do ENEM em outros vestibulares, visto que utilizar os mesmos parâmetros da redação do ENEM não irá garantir a eles a mesma nota. Isso não significa que todas as provas de redação deveriam ser corrigidas da mesma forma, mas sim que saber escrever um bom texto vai muito além de conhecer e aplicar os critérios de correção do ENEM. Os alunos que estivessem preparados para escrever boas redações deveriam conseguir fazê-las bem em qualquer circunstância e não tentar apenas atender às solicitações de cada avaliação externa.

Na prova de redação do ENEM, estão à disposição do aluno os textos de apoio que podem incluir infográficos, charges, tirinhas, imagens, fotografias etc. (SCHWARTZ; OLIVEIRA, 2010) e a frase temática, que procura delimitar o recorte exigido pela banca elaboradora sobre aquele tema. Os textos de apoio são curtos, por serem adaptados de textos maiores, e provêm de revistas, *sites*, *blogs*, jornais etc. Não há necessidade de citar e não é permitido copiar os textos de apoio (teoricamente, como será discutido na seção seguinte), mas é importante que se faça “bom uso” deles, demonstrando compreensão dos sentidos ali veiculados. Com isso, a elaboração do texto também deveria mobilizar a competência leitora dos candidatos, embora seja difícil objetivar essa capacidade na avaliação da redação.

Em todas as edições do ENEM, há um comando na prova da redação que já antecipa os elementos exigidos na Matriz de correção das redações, qual seja:

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo em norma padrão da língua portuguesa sobre o tema [...], apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista (PORTAL INEP, 2016).

Todos os exames em larga escala, incluindo o ENEM e demais vestibulares, são avaliados por bancas examinadoras. Para que o processo de correção das redações seja justo, transparente e o mais objetivo possível, as bancas examinadoras trabalham a partir de grades de correção, constituídas por critérios gerais (para as avaliações holísticas) e/ou específicos

(para as avaliações analíticas) que devem ser seguidos por todos os corretores (SILVA, 2005). Cada redação é avaliada por, no mínimo, dois corretores, sem que um saiba a nota que o outro atribuiu ao texto. Quando há discrepâncias entre as notas atribuídas por eles (considerando-se a margem estabelecida pela banca), a redação é enviada para um terceiro corretor, que também desconhece as notas já dadas. Caso a discrepância ainda não seja resolvida na terceira correção, o texto é avaliado pelo quarto corretor que, geralmente, tem acesso às notas dadas pelos outros corretores e pode definir a nota final do candidato. No ENEM, a quarta correção é realizada por uma banca presencial, formada por três professores (*Guia do participante*, BRASIL/MEC/SEB, 2013).

O texto produzido na prova de redação do ENEM é avaliado a partir de cinco competências. São elas: domínio da norma padrão da língua escrita, compreensão da proposta de redação e do gênero solicitado, organização dos argumentos, coesão textual e, por último, elaboração de uma proposta de intervenção para determinado problema. Essas competências são descritas detalhadamente na Matriz de referência, que será apresentada na próxima seção deste artigo, disponível tanto no *Guia do participante* (BRASIL/MEC/SEB, 2013) quanto no edital do exame. As competências são avaliadas separadamente do nível 0 ao nível 5, mas é possível correlacioná-las, visto que a produção textual sempre mobiliza diferentes domínios do saber, inclusive a capacidade leitora do autor do texto. Da mesma forma, os próprios critérios estabelecidos pela Matriz deixam transparecer relações de dependência entre as competências, o que já é esperado pelo tipo de avaliação solicitada (redação).

A determinação de critérios de correção tem o objetivo de permitir a atribuição de uma nota justa e adequada a cada texto, respeitando-se as diferenças entre os diversos problemas que os candidatos possam apresentar dentro de uma mesma faixa de notas (níveis I a V). Os candidatos, por sua vez, encontram nos critérios de avaliação um referente extremamente significativo sobre a forma como devem elaborar seus textos em função da avaliação que será realizada – aspecto que não é avaliado positivamente do ponto de vista do ensino aprendizagem.

Ao contrário de outros vestibulares, o ENEM divulga publicamente a grade de correção utilizada pela banca examinadora. Entretanto, não é suficiente o aluno saber o que é cobrado em cada competência se não souber como atender ao que foi solicitado. Além disso, um exame

mais direto e que dispensa macetes tem mais chance de produzir efeitos retroativos positivos. A divulgação da Matriz faz com o que o exame pareça mais transparente, porém, pode causar impactos negativos no processo de ensino aprendizagem devido às diversas interpretações possíveis, que podem variar conforme a escola, o professor, o aluno etc. Segundo Scaramucci (2005, p. 52),

[...] embora a divulgação de critérios de correção seja reconhecida como um aspecto fundamental para que o exame possa ser bem entendido e condição para que efeitos retroativos benéficos ocorram, ela deve ser criteriosa e não se restringir apenas à divulgação da grade; por ser um instrumento interno à correção, sua divulgação, sem as necessárias condições, considerando nossa cultura de ensinar e avaliar, corre o risco de transformar-se em um instrumento pernicioso, que incentiva práticas avaliativas em detrimento de práticas saudáveis de ensino, podendo levar à transposição de uma situação de avaliação para uma situação de ensino sem a necessária adaptação metodológica que essa transposição pressupõe e sem levar em conta as características dos contextos individuais.

A divulgação da Matriz de correção das redações do ENEM também estimula a produção e publicação de materiais didáticos com técnicas específicas (e reducionistas) para a produção da redação no exame. A necessidade de se criar metodologias voltadas para o exame e a recepção positiva que elas recebem pelo público comprova o reducionismo no ensino de produção textual, pois obter uma boa nota no ENEM não é sinal de que o candidato sabe escrever bem e tem condições de fazer sua produção circular em diferentes esferas. Muito pelo contrário, a obtenção de uma boa nota no ENEM pode ser resultado de um treinamento voltado exclusivamente ao exame, com base em provas anteriores, exemplos de redações que obtiveram boas notas e depoimentos de outros candidatos que já passaram pelo processo e foram aprovados em universidades – principal finalidade do exame.

Para agravar a situação, há aplicativos e *sites* que fazem a correção de redações enviadas pelos internautas – alguns sem custo e em um curto período – a partir da Matriz de correção da redação do ENEM. Isso é um efeito retroativo negativo causado pelo exame, pois faz parecer que até mesmo uma máquina pode corrigir um texto, desde que os critérios sejam passados a ela – o que menospreza a formação e o trabalho das bancas de correção. Na próxima seção deste artigo, veremos que a descrição dos critérios de correção não é objetiva e automática; ela também gera ambiguidades, dúvidas e subjetividades, causadas

principalmente pelo uso de adjetivos (precário, insuficiente, regular, bom, excelente etc.). Isso mostra que a correção das redações deve ser feita por uma banca examinadora especializada, formada por professores da área, que discuta os critérios e que realize a correção, preferencialmente, de forma simultânea e no mesmo espaço físico (SILVA, 2005).

Como resquícios do objetivo inicial do ENEM, diagnosticar a realidade do ensino médio no Brasil, o exame ainda avalia em sua Matriz de correção o que se espera, minimamente, do aluno concluinte do ensino médio. Assim, os parâmetros de correção das redações do ENEM estão em um nível muito abaixo do mínimo necessário a um aluno que vai ingressar no ensino superior e do que é cobrado, por exemplo, nos vestibulares das universidades públicas estaduais. Uma redação nota mil no ENEM (que é a nota máxima) não terá, necessariamente, a mesma nota em outros exames, não apenas pelas particularidades do ENEM, mas também pelo nível de exigência. Ao mesmo tempo, uma excelente redação no vestibular da FUVEST (Fundação para o Vestibular da USP) não terá a mesma nota no ENEM. Mais problemático ainda é que o aluno que produz uma redação nota mil no ENEM nem sempre terá condições de produzir bons textos quando ingressar na esfera acadêmica, visto que foi condicionado a produzir um tipo de texto extremamente específico e peculiar (a redação do ENEM).

A seguir, iremos avaliar cada uma das competências cobradas na prova de redação do ENEM e os níveis em que os textos podem se enquadrar, a fim de refletir sobre as questões já levantadas até então.

## **2. AS COMPETÊNCIAS NA PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM**

A fim de discutir as competências avaliadas na prova de redação do ENEM e os níveis de exigência, reproduziremos abaixo a Matriz de correção das redações, que sofreu poucas modificações desde a primeira edição do ENEM, em 1998, quando contemplava apenas quatro níveis para cada competência (PORTAL INEP, 2016). O aumento na participação de estudantes e na quantidade de redações deve impulsionar o aprimoramento dos critérios para que seja possível distinguir melhor os alunos (SILVA, 2005).

Na primeira linha da Matriz, encontra-se a descrição das cinco competências avaliadas. Nas colunas, estão os níveis de 0 a 5 nos quais os textos se enquadram. Quando atinge o nível

O em algum ou alguns dos critérios, a redação continua a ser corrigida normalmente nas outras competências. A única exceção é a competência II, que avalia a compreensão do tema e o desenvolvimento do gênero, pois quando o texto se enquadra no nível 0 dessa competência, a redação é anulada e o candidato está fora do processo seletivo para ingresso nas universidades. A redação também pode ser anulada caso a proposta de intervenção, avaliada na competência V, fira os direitos humanos. Na Matriz, o respeito aos direitos humanos é um pressuposto para que essa competência seja avaliada.

Cada nível vale 40 pontos e cada competência totaliza 200 pontos. A nota final da redação pode chegar a 1000 pontos quando o texto se encontra no nível 5 em todas as competências.

**Tabela 1 – Matriz de referência para redação – ENEM 2015**

<b>MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA REDAÇÃO – ENEM 2015</b>					
Competências Níveis (Notas)	I - Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa.	II - Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.	III - Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.	IV - Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.	V - Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.
NÍVEL 0	Demonstra desconhecimento da modalidade escrita formal da língua portuguesa.	—	Apresenta informações, fatos e opiniões não relacionados ao tema e sem defesa de um ponto de vista.	Não articula as informações.	Não apresenta proposta de intervenção ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.
NÍVEL I	Demonstra domínio precário da modalidade escrita formal da língua portuguesa, de forma sistemática, com desvios gramaticais e frequentes desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.	Apresenta o assunto, tangenciando o tema, ou demonstra domínio precário do texto dissertativo-argumentativo, com traços constantes de outros tipos textuais.	Apresenta informações, fatos e opiniões pouco relacionados ao tema ou incoerentes e sem defesa de um ponto de vista.	Articula as partes do texto de forma precária.	Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.
NÍVEL II	Demonstra domínio insuficiente da modalidade escrita formal da língua portuguesa, com muitos desvios gramaticais, de escolha de registro e de convenções da escrita.	Desenvolve o tema recorrendo à cópia de trechos dos textos motivadores ou apresenta domínio insuficiente do texto dissertativo-argumentativo, não atendendo à estrutura com proposição, argumentação e conclusão.	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, mas desorganizados ou contraditórios e limitados aos argumentos dos textos motivadores, em defesa de um ponto de vista.	Articula as partes do texto, de forma insuficiente, com muitas inadequações e apresenta repertório limitado de recursos coesivos.	Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou não articulada com a discussão desenvolvida no texto.
NÍVEL III	Demonstra domínio mediano da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com alguns desvios gramaticais e de convenções da escrita.	Desenvolve o tema por meio de argumentação previsível e apresenta domínio mediano do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, limitados aos argumentos dos textos motivadores e pouco organizados, em defesa de um ponto de vista.	Articula as partes do texto, de forma mediana, com inadequações, e apresenta repertório pouco diversificado de recursos coesivos.	Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada a discussão desenvolvida no texto.
NÍVEL IV	Demonstra bom domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro, com poucos desvios gramaticais e de convenções da escrita.	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente e apresenta bom domínio do texto dissertativo-argumentativo, com proposição, argumentação e conclusão.	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema, de forma organizada, com indícios de autoria, em defesa de um ponto de vista.	Articula as partes do texto com poucas inadequações e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.	Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada a discussão desenvolvida no texto.
NÍVEL V	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizem reincidência.	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.	Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada a discussão desenvolvida no texto.

Fonte: PORTAL INEP (2016)

Na competência I, *Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da língua portuguesa*, avalia-se o domínio da norma padrão da língua escrita (regras gramaticais e de convenção da escrita). Como o ensino médio passou a fazer parte da educação básica a partir

da LBD 9394/96, espera-se que essas regras sejam bem empregadas pelo aluno concluinte da educação básica. São elas:

[...] ausência de marcas de oralidade e de registro informal, precisão vocabular, e obediência às regras de concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, pontuação, flexão de nomes e verbos, colocação de pronomes oblíquos (átonos e tônicos), grafia das palavras (inclusive acentuação gráfica e emprego de letras maiúsculas e minúsculas, e divisão silábica na mudança de linha (translineação). (*Guia do participante*, BRASIL/MEC/SEB, 2013, p. 12).

A divulgação das redações nota 1000 no ENEM, disponíveis no site do INEP até 2013, e da Matriz de correção estimula o público leigo a questionar as notas atribuídas aos textos com base na contagem de erros apresentados (ver exemplo na notícia publicada no site UOL Educação, 2013) ou, o que é ainda pior, na natureza do erro (mais ou menos grave), determinada por preconceitos linguísticos. A Matriz de correção das redações não prevê uma quantidade exata de erros aceitáveis e nem hierarquiza os tipos de erro, embora distinga a tolerância aos erros em “frequentes”, “muitos”, “alguns”, “poucos”, “não caracterizam reincidência”. O domínio da norma culta, descrito como “modalidade formal da língua escrita”, é classificado como um todo em “desconhecimento”, “precário”, “insuficiente”, “mediano”, “bom” e “excelente”. Um dos problemas em se fazer uso da adjetivação na Matriz de correção das redações é a aparente subjetividade criada em torno desses termos, porém, caso eles sejam unânimes entre a banca de correção, é possível objetivar os critérios (SILVA, 2005). Como o ENEM possui cerca de 7 milhões de textos por ano para serem corrigidos em até 3 meses, estima-se uma quantidade grande de corretores, que devem trabalhar em um tempo curto – a prova é aplicada, geralmente, em outubro ou novembro e os resultados são divulgados em janeiro. Nesse cenário, não parece fácil chegar a um consenso entre a banca examinadora.

Na competência II, Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa, é avaliada a capacidade de o aluno elaborar um texto com estrutura dissertativa completa (proposição, argumentação e conclusão) e sua capacidade argumentativa. Sobre a compreensão da proposta de redação (tema), os níveis são

classificados em: “tangência”, “cópia”, “argumentação previsível” e “argumentação consistente” (para os níveis IV e V).

Os temas propostos na redação do ENEM não costumam ser polêmicos por natureza, têm um caráter social bastante acentuado e sempre são contextualizados para a realidade brasileira atual. Como pode ser verificado em provas anteriores (PORTAL INEP, 2016), em 2015, o exame solicitou aos candidatos que dissertassem sobre “A persistência da violência contra a mulher *na sociedade brasileira*” (grifo nosso); em 2014, o tema da redação era “Publicidade infantil em questão *no Brasil*” (grifo nosso); em 2013, “Efeitos da implantação da Lei Seca *no Brasil*” (grifo nosso); em 2012, “O movimento migratório para o *Brasil no século XXI*” (grifo nosso). Dessa forma, é necessário que o candidato delimite um problema relacionado ao tema para que sejam possíveis a elaboração de uma tese e a proposição de uma solução.

Para atingir os níveis mais altos na competência II, o candidato precisa, primeiramente, compreender quais são o tema e o recorte solicitados, a fim de não correr o risco de fugir ao tema ou de se manter apenas no assunto mais amplo e receber a nota mínima nesse critério, tangenciando o recorte temático proposto (nível I). Na edição do ENEM de 2014, foi destaque na mídia a nota zero no tema “Publicidade infantil em questão no Brasil” atribuída a 529 mil candidatos. Embora não haja comprovação de que essa tenha sido a causa para as anulações, a frase temática criava a ambiguidade de estar se referindo à publicidade feita *com* crianças ou à publicidade feita *para* crianças. A leitura dos textos de apoio, porém, visava desfazer tal dualidade, ao focar a publicidade voltada *para* crianças. Talvez esse seja um dos poucos exemplos de propostas de redação do ENEM em que havia a necessidade de o participante fazer a leitura da coletânea para compreender a proposta.

Superadas a fuga ao tema e o tangenciamento, o nível II dessa competência contempla a “cópia de trechos dos textos de apoio”, o que soa de maneira incoerente com as instruções do *Guia do participante* (BRASIL/MEC/SEB, 2013, p. 9): “Para efeito de avaliação e de contagem do mínimo de linhas, a cópia parcial dos textos motivadores ou de questões objetivas do caderno de prova acarretará a desconsideração do número de linhas copiadas, valendo somente as que foram produzidas pelo autor do texto”.

Se as linhas serão desconsideradas, não é possível prever que o texto irá se enquadrar no nível II. Além disso, nenhum outro nível da competência II contempla o bom uso da coletânea, logo, não se sabe de que forma a reflexão produzida pelo candidato a partir dos textos de apoio (“motivadores”), ou até mesmo a paráfrase, é avaliada. Outro problema é em relação ao caderno de prova, pois para verificar se o participante copiou as questões, os avaliadores deveriam ter acesso constante ao caderno, o que demandaria atenção e tempo ainda maiores durante a avaliação das redações.

Cabe ainda uma crítica a esse critério, visto que o candidato que copiar trechos dos textos de apoio, provavelmente, irá elaborar um texto expositivo que se apropria de ideias alheias. Assim, um candidato despreparado tem, nos textos de apoio, uma fonte segura de informação e consegue uma nota razoável mesmo sem promover qualquer discussão argumentativa em sua dissertação. Entendemos que um exame que decide o ingresso dos alunos no ensino superior não pode aceitar que um candidato exercite o plágio, que é uma prática banida no meio acadêmico, e possa continuar disputando uma vaga nas universidades. Mesmo os casos de paráfrase são discutíveis, pois a proposta da redação é trazer o ponto de vista do candidato e não dos autores utilizados nos textos da coletânea. Trata-se de um exemplo de como a divulgação da Matriz de correção pode causar impactos negativos no processo de ensino e aprendizado, uma vez que associa a cópia de trechos da coletânea a um nível razoável nesse critério.

Outro problema gerado pela cópia dos textos de apoio, e que afeta a atribuição de notas na competência I, é que o domínio da norma culta do texto copiado tem condições de ser enquadrado em um nível excelente, já que se trata de um texto publicado e selecionado como referência para a prova do ENEM. Não há, na Matriz, nenhuma observação em relação à competência I, confirmando que as linhas de cópia serão descontadas também para a avaliação deste critério. Dessa forma, não é possível entender como é feita a correção da competência I na redação que copia trechos da coletânea.

De acordo com a Matriz de correção, a competência II, que também avalia o atendimento ao tipo de texto solicitado, entende o texto dissertativo com a estrutura de proposição, argumentação e conclusão. Considerando-se o tempo e o espaço disponíveis para elaboração da redação, é compreensível que os alunos usem o macete de escrever um

parágrafo para a introdução (proposição), dois ou três para a argumentação e um para a conclusão. Ao mesmo tempo, para cumprir a demanda da competência IV, que avalia a elaboração de uma proposta de intervenção, é comum que os alunos deixem o último parágrafo do seu texto para a proposta. Posteriormente, iremos discutir a necessidade de elaboração de uma proposta de intervenção – quando tratarmos da competência V – e essa associação com a conclusão do texto, como se sempre fosse necessário trazer a resolução dos problemas discutidos em uma dissertação.

Outro aspecto passível de crítica nessa competência é a presença de “repertório sociocultural diversificado” no nível V (máximo). Se os textos de apoio servem para delimitar o recorte proposto ao tema, deveria haver mais esclarecimentos sobre o que se entende por “repertório sociocultural”.

Na competência III, *Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista*, são avaliadas as capacidades de leitura de mundo e dos textos de apoio e a capacidade de se posicionar frente a um tema determinado. Como já dissemos em outro momento, os temas trazidos pela prova de redação do ENEM não costumam ser polêmicos, portanto, cabe ao candidato problematizar uma questão sobre o tema apresentado, discuti-la e propor uma resolução.

A partir dessa descrição, já é possível notar a ausência de discernimento entre as competências II e III, visto que o repertório sociocultural, mencionado anteriormente como característico do nível V da competência II, parece fazer parte da seleção de informações e não da compreensão da proposta. Isso mostra o quanto a divulgação da Matriz de correção pode trazer problemas aos candidatos devido à subjetividade dos critérios, que também devem ser difíceis para os avaliadores.

Independentemente de seus conhecimentos, o aluno pode fazer um bom texto no ENEM se fizer uma leitura apropriada dos textos de apoio e conseguir delimitar o recorte que será privilegiado em sua dissertação. A forma como os argumentos, fatos e opiniões selecionados são organizados determina a capacidade “autoral” do candidato, isto é, sua maturidade (de escrita) para organizar as informações selecionadas em defesa de seu ponto de vista. A maior dificuldade de compreensão da matriz nesse critério é em relação às diferenças

entre “indícios de autoria” (nível IV) e “configurando autoria” (nível V), que parece se relacionar à quantidade de marcas autorais – as quais não são explicadas pelo *Guia do participante* (BRASIL/MEC/SEB, 2013).

Segundo Possenti (2002, p. 122), “As verdadeiras marcas de autoria são da ordem do discurso, não do texto ou da gramática”, assim, um bom texto não é aquele que apenas atende às solicitações da gramática normativa ou que se constitui como um amontoado coeso e coerente de frases. É necessário que haja uma articulação clara entre a voz do autor do texto, da qual é preciso manter certo distanciamento, e a voz dos outros enunciadores, que serão retomadas na redação. Nesse sentido, parece difícil objetivar as marcas autorais em uma redação como a do ENEM.

Na competência IV, *Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação*, são avaliados os recursos coesivos utilizados pelo candidato para organizar seu texto. Embora o uso de conectivos seja a maneira mais comum (e, talvez, mais fácil) de se estabelecer a coesão, também são avaliadas as coesões lexical, referencial, semântica, sintática etc. De acordo com a Matriz de correção das redações do ENEM, a palavra-chave dessa competência é *articulação*, avaliada em sua ausência, “de forma precária”, “insuficiente”, “mediana”, “com poucas inadequações” ou “bem”. Quanto maior a variedade de recursos coesivos utilizados, maior o nível no qual o texto se enquadra.

A separação entre coesão e coerência na avaliação de redações do ENEM tem grandes chances de gerar problemas tanto para o autor do texto quanto para o corretor. É possível articular muito bem sintaticamente as partes de um texto, mesmo que a relação semântica entre elas seja frágil. Isso é feito, por exemplo, pelo chamado “gerador de lero lero” (<http://www.lerolero.com/>), que produz textos aleatórios e vazios de significado, de acordo com a demanda do usuário em relação à quantidade de parágrafos. Nos textos produzidos por esse *site*, o uso dos recursos coesivos é diversificado (como solicita o nível V da competência IV), mas as sentenças não são coerentes nem entre si nem com o todo do texto.

Por fim, na competência V, *Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos*, é avaliada a capacidade de o aluno apontar uma solução exequível para o problema que ele mesmo propôs. A avaliação dessa competência

também merece críticas devido à sua superficialidade. Atendendo uma demanda da prova, o candidato precisa elaborar uma proposta de intervenção fictícia para um problema real, sem saber a quem deve dirigir sua proposta, ou seja, quem é seu interlocutor. Isso significa que a produção textual de um candidato em um exame que vai decidir seu futuro profissional e pessoal não corresponde, necessariamente, a suas ideologias e concepções. O discurso comum, que circulou recentemente na mídia e nas redes sociais, de que “os machistas seriam banidos” com o tema da redação do ENEM 2015 (“A persistência da violência contra a mulher no Brasil”) soa ingênuo, visto que o candidato tem consciência de que está em uma situação de avaliação e precisa se adequar aos critérios estabelecidos e divulgados por ela para obter um bom resultado.

Outra problemática relacionada à competência V é a ausência de discussão e esclarecimento sobre os direitos humanos, que causa alerta entre os estudantes que prestam o exame, pois pode zerar a redação inteira. A superficialidade desse critério gera reducionismo também na compreensão do que são e de quais são os direitos humanos. Os macetes para a elaboração da redação no ENEM ensinam que não se pode incitar a violência na redação, como se essa fosse a única maneira de desrespeitar os direitos humanos. Caberia uma discussão mais ampla sobre tais conceitos visando a formação de estudantes conscientes de seus deveres e direitos.

Essas e outras questões que condicionam a escrita da redação no ENEM são causadas, em grande parte, pela divulgação da Matriz de correção de redações e suas interpretações reducionistas e simplistas. O sigilo absoluto dos critérios (como acontece em outros vestibulares) também não garante que situações desse tipo não ocorram, já que há outras formas de se descobrir como os textos são corrigidos (por exemplo, pelo contato com candidatos que já prestaram o exame, pelo contato com examinadores). O treinamento específico para o exame, condicionado aos critérios de correção, provoca efeitos retroativos negativos para o ensino aprendizagem de produção textual, à medida em que cria mecanismos muito específicos para a elaboração dos textos, que não podem ser usados em nenhuma outra circunstância.

### 3. AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A prova de redação do ENEM é elaborada sob condições de produção bastante específicas que raramente fazem parte de qualquer outro contexto de produção textual, a não ser o dos vestibulares. Os aspectos técnicos incluem: espaço delimitado de 7 a 30 linhas e distribuição em parágrafos que contemplem a estrutura de proposição, argumentação e conclusão; tema determinado e recortado pelos textos de apoio; necessidade de se elaborar uma proposta de intervenção e interlocutor inexistente (supostamente representado pelo avaliador). Já os fatores emocionais envolvem, entre outros, ansiedade, medo, pressa e objetivo de ser aprovado com uma boa nota. Esses fatores podem interferir tanto positiva quanto negativamente na produção do texto e também são treinados ou trabalhados pelos estudantes enquanto se preparam para o exame.

Em relação ao tempo para a redação, outro fator do contexto de produção determinante, o candidato conta com um período de 5 horas e 30 minutos para responder às 45 questões de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e às 45 questões de Matemática e suas Tecnologias e, ainda, elaborar a redação. Visto que não há uma regra sobre qual atividade deve ser realizada inicialmente (resolver as questões ou escrever a redação), o participante precisa administrar seu tempo da melhor maneira possível, evitando que seu desempenho seja prejudicado no momento de elaborar o projeto de texto, escrever o rascunho e passar o texto para a folha definitiva.

Conforme pode ser verificado no *Guia do participante* (BRASIL/MEC/SEB, 2013) e no caderno de questões da redação do ENEM (PORTAL INEP, 2016), é também necessária a atenção às seguintes instruções básicas:

A redação deverá ser um texto dissertativo-argumentativo de, no máximo, 30 linhas, desenvolvido a partir de uma situação-problema e de subsídios oferecidos sob a forma de textos motivadores.

O que dá nota zero na redação:

- Não atender a proposta solicitada ou desenvolver outra estrutura textual que não seja a do tipo dissertativo-argumentativo;
- Entregar a folha de redação sem texto escrito;
- Escrever até 7 (sete) linhas, qualquer que seja o conteúdo;
- Improprios, desenhos e outras formas propositais de anulação;
- Desrespeito aos direitos humanos;
- Parte do texto deliberadamente desconectada do tema proposto.

As linhas com cópia dos textos motivadores apresentados no caderno de questões serão desconsideradas para efeito de correção e de contagem do mínimo de linhas.

Segundo o *Guia do participante* (BRASIL/MEC/SEB, 2013, p. 9), “O título é um elemento opcional na produção da sua redação e será considerado como linha escrita”. Entretanto, entende-se que um título adequado poderia colaborar para a construção da autoria da redação, avaliada na competência III. O espaço para a produção de um texto que contenha introdução, desenvolvimento e conclusão, no ENEM, é limitado a 30 linhas, considerando o mínimo de 7 linhas. Por um lado, essa limitação facilita o trabalho realizado pelo candidato, pois exige um recorte bem específico do tema e uma argumentação centrada em um ponto de vista; por outro, pode ser prejudicial caso o candidato não elabore um projeto de texto bastante claro, ou seja, não faça um planejamento e um rascunho de como pretende distribuir seus argumentos ao longo do espaço disponível para o texto.

É importante destacar, também, que os candidatos precisam respeitar tanto os direitos humanos quanto a situação de produção e de correção do exame. Em virtude de episódios ocorridos em 2013, quando foram encontrados o hino de um time de futebol e uma receita culinária em redações do ENEM que haviam conseguido boas notas, há uma forte preocupação em se manter a seriedade do trabalho realizado pelos corretores. Por esse motivo, os textos que contenham partes desconectadas do tema na redação são anulados, assim como aqueles que apresentarem “impropérios, desenhos ou outras formas propositais de anulação”, ou seja, que demonstrem desrespeito ao exame. Esse critério é também bastante ambíguo, visto que as “formas propositais de anulação” não são conhecidas pelos candidatos. Fazer um pedido para ser aprovado no exame, por exemplo, é muito mais um apelo inocente do que uma tentativa de ser eliminado do processo de seleção.

A cópia dos textos motivadores também é motivo para anulação das redações quando é feita de maneira integral, ou seja, nenhum trecho da redação é de autoria do aluno. Quando se faz uma mescla entre trechos de autoria do redator e trechos dos textos de apoio, porém, a nota final é pouco prejudicada, como já foi discutido na seção anterior.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutirmos as consequências da divulgação da Matriz de correção da redação do ENEM, fez-se necessário levantar uma série de questões acerca do exame. Aspectos como a natureza dessa avaliação (diagnóstica ou de seleção), suas finalidades, os critérios de correção da redação e as condições de produção são determinantes para a caracterização do ENEM como uma relevante avaliação externa. Nesse percurso, porém, fizemos uma série de críticas ao exame, que levam em conta seu potencial delimitador dos currículos do ensino médio.

O ENEM ganha repercussão na mídia e conquista ainda mais participantes a cada edição, mas pouco é discutido sobre seus impactos no processo de ensino aprendizagem de língua portuguesa no ensino médio, especificamente, em relação à produção textual e ao que é estabelecido pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio* (BRASIL/SEMTEC). Não parece haver uma abertura dos órgãos responsáveis pelo exame quanto às críticas feitas ao processo, visto que a fundamentação teórico-metodológica do exame e a própria Matriz de correção permanecem iguais há muitos anos. Mesmo que esse seja um sinal de que os resultados têm sido positivos, nada impede que o exame possa ser aprimorado.

Resta-nos uma dúvida: o crescimento das notas obtidas nas redações do ENEM é sinal de que as políticas de avaliação estão funcionando, de que o ensino médio no Brasil tem melhorado ou de que os candidatos têm se preparado cada vez mais e melhor para o exame, que permanece imutável há muitos anos?

## REFERÊNCIAS

ALDERSON, J. C.; WALL, D. Does washback exist?. *Applied Linguistics*, v. 14, p. 116-129, 1993.

BRASIL/SEMTEC. *Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio*. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Parte I, Bases Legais. Brasília, DF: SEMTEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2015.

BRASIL/MEC/SEB. A redação no ENEM 2013. *Guia do participante* (2013). Brasília: O Instituto, 2013. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/ENEM/guia\\_participante/2013/guia\\_participante\\_redacao\\_ENEM\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/ENEM/guia_participante/2013/guia_participante_redacao_ENEM_2013.pdf)>. Acesso em: 19. Set. 2015.

ENEM 2016. Disponível em: <http://enem.inep.gov.br/>. Acesso em : 07 mar. 2015.

PORTAL INEP. Disponível em : <http://portal.inep.gov.br/web/enem/perguntas-frequentes>. Acesso em : 07 mar. 2015.

POSSENTI, S. Índicios de autoria. *Perspectiva*, Florianópolis, 1-.20, n. 01, p. 105-124, jan./ jun., 2002.

SCARAMUCCI, M. V. R. Efeito retroativo da avaliação no ensino-aprendizagem de línguas: o estado da arte. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, v. 43, n. 2, p. 203-226, 2004. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/tla/article/view/2202/1708>. Acesso em: 03 out. 2015.

\_\_\_\_\_. Prova de redação nos vestibulares: educacionalmente benéfica para o ensino/aprendizagem da escrita? In: FLORES, V. N.; NAUJORKS, J. C.; REBELLO, L. S.; SCHWARTZ, C. M.; OLIVEIRA, A. P. G. de. A avaliação da escrita no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). 2010. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT10-6097--Int.pdf>. Acesso em 07 mar. 2015.

SILVA, D. S. *A redação no contexto do Vestibular 2005: a avaliação em perspectiva*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. p. 37-57.

VICENTINI, M. P. A proposta de redação do ENEM e seu possível efeito retroativo negativo no ensino médio. *Anais do ENELIM 2013*. p. 433-438, 2013.

WATANABE, Y. Methodology in Washback Studies. In: CHENG, L.; WATANABE, Y.; CURTIS, A. (Ed.). *Washback in language testing: Research contexts and methods*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 2004. p. 19-36.

ZIRONDI, M. I. Um debate sobre a produção textual sugerida no ENEM e as atividades de linguagem praticadas na escola. *Entretextos*, Londrina, n. 6, p. 123-133, jan/dez. 2006.

UOL EDUCAÇÃO. Disponível em : <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/03/18/redacoes-nota-maxima-no-enem-tem-erros-como-encher-gar-e-trousse.htm>. Acesso em : 07 mar. 2015.

### **Fernanda MASSI**

Pós-doutoranda em Linguística Aplicada pela Unicamp, bolsista PNPd/CAPES, na área de avaliação, com experiência em elaboração e correção de exames, vestibulares e concursos. Atualmente, desenvolve trabalhos de editoração de e-books e revisão de revistas científicas na editora Letraria. Graduada em Bacharelado e Licenciatura Plena em Letras (Língua Portuguesa e Língua Francesa) na Faculdade de Ciências e Letras da UNESP Araraquara. Realizou o mestrado e o doutorado na mesma instituição, na área de Teoria e Análise Linguística

(semiótica discursiva). Durante o doutorado, realizou estágio doutoral na Université de Limoges (UNILIM), na França. Sua tese e sua dissertação foram publicadas pela Editora da UNESP. É pesquisadora do grupo "Avaliação em contextos de línguas: múltiplos usos e olhares da UNICAMP" e do "Grupo de Estudos Semióticos da UNESP" (GPS-UNESP).

*Recebido em fevereiro/2016 - Aceito em julho/2016.*